

ACTA N.º 14

Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 30 de Setembro de 1999.

Aos trinta dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Alpiarça, esteve reunida a Assembleia Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, por convocação do seu Presidente, sr. Olímpio Francisco de Oliveira.

Para além do Presidente da Mesa compareceram os seguintes membros: Vera Lúcia Pedro Coelho Santos Noronha, Orlando Manuel Isidoro Marques, Armindo João Gaspar Pinhão, Álvaro Favas Brasileiro, Paulo Francisco de Melo e Araújo Espírito Santo, Henrique Alberto Gomes Freilão Arraiolos, Josué Silva Cavalheiro, Manuel Isidoro Feliciano, Maria Fernanda Raposo Tirano, António José Sanfona Coelho, Justino Jorge Costa Marques, Maria de Fátima Carvalho Rodrigues, Pedro Manuel Pereira Costa Branco, Maria Manuela Ferreira Duque e António Conceição Moreira.

A Ordem de Trabalhos, foi a seguinte:

Ponto um – Terceira Revisão ao Plano de Actividades;

Ponto dois – Alteração ao Regulamento de Pesca na Albufeira dos Patudos;

Ponto três – Alteração ao Regulamento da Zona Industrial;

Ponto quatro – Proposta de atribuição de Menção de Mérito Excepcional ao funcionário António Lima Fernandes – motorista de transportes colectivos da Câmara Municipal.

Constituída a Mesa, pelo seu presidente e pelos senhores secretários Vera Lúcia Pedro Coelho dos Santos Noronha e Orlando Manuel Isidoro Marques, foi iniciada a sessão com a discussão da acta número treze, respeitante à sessão de trinta de Junho do ano corrente.

Não se registando discussão sobre a redacção da acta foi a mesma posta à votação tendo sido aprovada por maioria com duas abstenções. Vera Noronha e Orlando Marques declararam abster-se por não terem estado presentes na sessão.

O sr. Presidente da Mesa leu alguma da correspondência chegada à Mesa da Assembleia Municipal, nomeadamente:

Ofício da Câmara Municipal a dar conhecimento de um voto de louvor aos funcionários da autarquia que participaram na realização da Alpiagra, aprovado por unanimidade, em reunião daquele órgão;

Pedido de suspensão de mandato da eleita Luisa Isabel Soares Pacheco, por se encontrar de férias;

Várias circulares da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O sr. Presidente da Mesa deu início a este período e informou que nos termos do Regimento, a sua duração seria de uma hora, ressalvando no entanto que o mesmo poderia ser prorrogado, se o plenário da Assembleia assim o entendesse.

Solicitou que se passasse à apresentação das moções, que desde logo foram discutidas e votadas.

A bancada do PS, apresentou a seguinte moção:

“A Luta do Povo de Timor Leste para recuperar a sua dignidade como Nação deu, a todo o Mundo Civilizado, uma lição de alto civismo.

O Povo português mobilizou-se de uma forma absolutamente extraordinária e conseguiu convencer os burocratas da ONU e os que, tendo poder de decisão, se apresentam com dois pesos e duas medidas perante a necessidade de solução de problemas idênticos.

Com as" entranhas " revoltadas guardámos minutos de silêncio, vestimo-nos de branco, deitámos flores ao mar e manifestámo-nos. Nem por um minuto a nossa atenção se desviou desta causa nobre que é a luta constante dos princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade contra a barbárie“.

Vera Noronha teceu algumas considerações sobre esta moção.

Posta a mesma à votação foi aprovada por unanimidade e aclamação.

A bancada do PS, apresentou a seguinte moção:

“Proposta de condolências pela morte de Ernesto Melo Antunes.

Morreu um dos inspiradores do 25 de Abril.

Morreu um homem que graças à sua verticalidade e à sua honestidade política conseguiu manter um rumo para a Revolução do 25 de Abril, iniciando o cumprimento do 1.º D – Democratizar.

A Assembleia Municipal de Alpiarça reunida a 30 de Setembro manifesta o seu pesar pela morte de tão ilustre personalidade a quem a democracia tanto deve em Portugal.”

Posta a moção à votação foi aprovada por unanimidade.

A bancada da CDU, apresentou a seguinte moção:

“A Assembleia Municipal de Alpiarça saúda o Povo de Timor Leste, pela realização e resultado do Referendo de 30 de Agosto, que legitimou o seu inquestionável direito à independência.

Apesar da intervenção das Forças Multinacionais em Timor Leste, que permitiu reduzir consideravelmente a brutal violência desencadeada pelas milícias e forças indonésias, constata-se a insuficiência do número de militares do contingente Multinacional, face à necessidade de ser providenciada com grande urgência, maior segurança para o Povo Timorense em todo o território, permitindo inclusivamente a intervenção em segurança das Organizações Não Governamentais para apoio humanitário.

Por estas razões, impõe-se a implementação mais acelerada da 2.ª fase do Plano de Intervenção e a tomada de medidas urgentes por parte da ONU, no sentido de salvaguardar a preocupante situação dos refugiados em Timor Ocidental.

A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida no dia 30 de Setembro de 1999, apela à Organização das Nações Unidas, por intermédio dos meios diplomáticos portugueses, para que rapidamente desencadeie ou apresse as medidas mais eficazes, favoráveis ao Povo Timorense.”

Álvaro Brasileiro teceu algumas considerações sobre esta moção.

Posta a mesma à votação foi aprovada por unanimidade e aclamação.

A bancada do PS, apresentou a seguinte moção:

“A Luta do Povo de Timor Leste para recuperar a sua dignidade como Nação deu, a todo o Mundo Civilizado, uma lição de alto civismo.

O Povo português mobilizou-se de uma forma absolutamente extraordinária e conseguiu convencer os burocratas da ONU e os que, tendo poder de decisão, se apresentam com dois pesos e duas medidas perante a necessidade de solução de problemas idênticos.

Foi com grande preocupação e indignação que constatámos a posição de Cuba no Conselho de Segurança da ONU, ao apoiar a posição da Indonésia.

No momento em que o coração do Povo Português continua solidariamente ao serviço da causa de Timor Loro Sae, a Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida ordinariamente em 30 de Setembro de 1999, denuncia mais esta posição hipócrita dos que apregoam a solidariedade e a liberdade, sem as conseguirem praticar.”

Henrique Arraiolos e Paulo Espírito Santo teceram algumas considerações contra e a favor desta moção, respectivamente.

Pedro Branco em declaração de voto disse ter votado esta moção favoravelmente, pois como independente, não se sentia obrigado a salvaguardar qualquer posição anterior. Condenou a posição de Cuba e de todos os outros países nesta matéria. Defendeu que não se fosse mais além, neste assunto, por considerar que a causa de Timor é um ponto de união entre todos, independentemente da sua opinião partidária.

A bancada da CDU, apresentou a seguinte proposta:

“Considerando que o apoio ao Povo de Timor não se deve ficar por declarações de solidariedade e à semelhança do que tem sido deliberado noutros órgãos, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Alpiarça, na sua reunião de 30 de Setembro de 1999, propõem que as senhas de presença nesta sessão se destinem a contribuir para a reconstrução de Timor, sendo encaminhadas para uma das contas de Solidariedade abertas nas Instituições Bancárias.”

Paulo Espírito Santo disse apoiar completamente esta proposta.

Posta a mesma à votação foi aprovada por unanimidade.

Votadas as moções o sr. Presidente da Mesa solicitou inscrições dos senhores autarcas que desejassem interpelar o sr. Presidente da Câmara sobre eventuais dúvidas relativamente à informação escrita prestada a esta Assembleia e respeitante à actividade da Câmara Municipal desde a realização da última sessão ordinária, a qual tinha o seguinte teor:

ACTIVIDADE GENÉRICA

1. *Beneficiação de pátio e salas da Escola Primária, para realização dos OTL*
2. *Limpeza das Estradas Florestais de ligação ao Vale da Lama e Moinho Sartel*
3. *Beneficiação do Parque do Carril, para instalação ordenada do Mercado de Frutas*
4. *Colocação de várias passadeiras em Alpiarça e Frade de Baixo*
5. *Colocação de vários contentores de lixo, em todo o Concelho*
6. *Implantação de Passeios na Rua 1º de Maio, no Frade de Baixo*
7. *Obras de beneficiação nas futuras oficinas da CMA, na Zona Industrial*
8. *Apoio à realização das “ Noites de Verão “*
9. *Apoio à realização dos Torneios de Futebol e Volley de Praia*
10. *Apoio à realização da Festa Anual do Casalinho*
11. *Limpeza de valinhas pluviais (Vale da Cigana, Frade de Baixo e Frade de Cima)*
12. *Beneficiação do sistema de águas pluviais na Zona da Alpiagra*
13. *Beneficiação da iluminação no Estádio Municipal Dr. Raul José das Neves*
14. *Colocação de iluminação pública na Rua João Malhou da Costa*
15. *Substituição de fogão, esquentador e canalização de gás na Cantina da Escola Primária*
16. *Regularização de estradas municipais não asfaltadas*
17. *Colocação de equipamento urbano na sede do concelho – floreiras e protectores de passeios*
18. *Organização das viagens para a 3ª Idade que ocorreram entre 30 de Agosto e 8 de Setembro, com a participação total de 430 idosos*
19. *Duas lavagens de todos os contentores*
20. *Apoio à Associação de Reformados nos arranjos exteriores do Centro de Dia*
21. *Beneficiação do pavilhão de espectáculos da Alpiagra, para minimização da distorção sonora*
22. *Asfalto da rua de acesso ao pavilhão de espectáculos*
23. *Beneficiação e arborização do espaço das tasquinhas, no Centro de Exposições*
24. *Realização da ALPIAGRA*
25. *Colocação de asfalto na Rua Artur Gonçalves no Frade de Baixo*
26. *Colocação de tapete betuminoso nas Ruas :*
 - a) *Fernão de Magalhães*
 - b) *Bernardo Santareno*
 - c) *Manuel Nunes Ferreira*
 - d) *Visconde Barroso*
 - e) *Maria Luisa Falcão*
 - f) *Carlos Relvas*
 - g) *Ricardo Durão*
 - h) *Casa do Povo*
 - i) *Luís de Camões*
 - j) *Sacadura Cabral*
 - k) *Bernardino Machado*
27. *Regularização com Slurry das seguintes Ruas*
 - a) *Joaquim Nunes Ferreira*

- b) *Pedro Almendro*
- c) *Pedro Álvares Cabral*

OBRAS EM CURSO

1. *Implantação de Esgotos no Frade de Cima*
2. *Implantação da rede de Pluviais na Rua Dr. Queiroz Vaz Guedes*
3. *Adaptação do pavilhão da escola EB 2,3 / S para receber o 1º Agrupamento do Ensino Secundário*
4. *Piscinas Municipais*
5. *Valorização Ambiental do Complexo dos Patudos*
6. *Conservação da Casa Museu dos Patudos*
7. *Preparação para asfaltamento da Rua da Liberdade no Frade de Baixo*

VISITAS AO CONCELHO

1. *Director Geral do IND, Dr. Vasco Lynce*
2. *Secretário da Administração Local e Ordenamento do Território*
3. *Secretário de Estado da Inserção Social*
4. *Deputados Jorge Lacão, Nelson Baltazar, Miguel Relvas e Luisa Mesquita*
5. *Presidentes de Câmara de Chamusca, Cartaxo e Santarém*
6. *Director do Centro de Emprego de Santarém*
7. *Director do Centro de Formação Profissional*
8. *Director Distrital do IFADAP*
9. *Vice-presidente da Comissão Executiva do IEFP*
10. *Delegado Regional do INATEL*
11. *Director Distrital da LTE*
12. *Adjunto do Governador Civil do Distrito de Santarém*
13. *Director Regional de LVT do Instituto Estradas de Portugal*
14. *Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna.*

Paulo Espírito Santo, perguntou ao sr. Presidente da Câmara se tinham sido tomadas as adequadas medidas de segurança na Casa-Museu dos Patudos, dado este edifício ter entrado em obras de restauro. Congratulou-se com a nomeação no Quadro de Pessoal da autarquia de vários funcionários, cujos contratos de trabalho a termo certo já se arrastavam há vários anos.

Henrique Arraiolos solicitou ao sr. Presidente da Câmara que comentasse o que se passou no Patacão com as antigas casas de pescadores.

Armindo Pinhão prestou alguns esclarecimentos sobre a não entrada para o Quadro da Câmara de alguns trabalhadores que se encontravam contratados, nomeadamente, a falta de enquadramento legal para a contagem de tempo de serviço para efeitos de promoção na carreira o que iria prejudicar uma grande parte deles que não tinham sido contratados pela base da carreira. Congratulou-se também pela saída de legislação que permitiu a esses trabalhadores a entrada para o Quadro, a contagem do tempo de serviço e uma maior estabilidade de emprego.

O autarca passou a ler uma passagem da acta da Assembleia Municipal de trinta de Junho último, sobre a demolição de um edifício classificado, sito na rua José Relvas, em que o sr. Presidente da Câmara disse o seguinte “*a demolição foi aprovada tecnicamente pelo Gabinete Técnico e é provável que se tenha de ter cuidado com aquela situação, de qualquer modo há uma responsabilidade na*

recuperação da fachada do edifício. Caso isso não seja viável, teremos de pensar na sua alteração e trazer o assunto à Assembleia Municipal.”. Na opinião do autarca, nada disto foi cumprido e passados dois dias o edifício foi abaixo.

Voltou a criticar o adiamento da discussão nesta Assembleia, do Plano do Centro Cívico e das alterações ao PDM.

Questionou o sr. Presidente da Câmara sobre a composição, neste momento, dos Gabinetes de Apoio, quer ao Presidente quer aos Vereadores.

Comentando uma notícia publicada num panfleto do “Alpiarça é a razão”, disse que durante toda a sua vida nunca ocupou nenhum lugar por nomeação de confiança política, que são as figuras geralmente associadas aos “jobs” e aos “tachos”. Acrescentou que neste momento tem um cargo, para o qual foi eleito na Região de Turismo do Ribatejo, pelo qual é responsável e auferir a respectiva remuneração.

Álvaro Brasileiro considerou que Alpiarça deu mais um importante passo no apoio ao Idoso, ao inaugurar uma obra que considerou de grande importância, nomeadamente a sede e centro de dia da Associação de Reformados de Alpiarça. Disse esperar que a Câmara de Alpiarça, conforme prometido, continue a apoiar no embelezamento e arranjos exteriores.

Continuando no uso da palavra, falou na campanha agrícola que está a chegar ao fim e lembrou as dificuldades que os agricultores sentiram no escoamento dos seus produtos, os baixos preços praticados, as esperas para descarregar o tomate e os abusos praticados pelas fábricas, abusos esses que muitos agricultores não querem denunciar abertamente porque têm medo de retaliações. Falou da importação de vinho estrangeiro e de concentrado de mosto, que faz duplicar ou até triplicar a produção nacional. Falou do abandono a que estão votadas as instalações do I.V.V. de Alpiarça, obrigando a que a Coopvinhal- Adega cooperativa de Alpiarça, coloque vinho nas instalações do I.V.V. de Santarém, acarretando despesas de transporte. Situações que no seu entender têm vindo a provocar a diminuição dos rendimentos dos agricultores portugueses, ao ponto de alguns, não saberem já, que cultura irão fazer.

Josué Cavalheiro pediu para ser informado sobre o ponto de situação da construção de um hotel em terrenos adjacentes à Barragem dos Patudos, da qual já se fala há uns bons anos.

Pedro Branco voltou a falar da má colocação de dois painéis publicitários, que ainda não foram mudados e que provocam dificuldades de visibilidade aos automobilistas.

Tendo em conta que o Executivo tem assento na Assembleia da Fundação José Relvas, pediu para ser esclarecido sobre notícias que têm vindo a ser publicadas em vários jornais, sobre ocorrências verificadas naquela fundação.

Paulo Espírito Santo congratulou-se com a inauguração da sede e centro de dia da Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de Alpiarça, lamentou, no entanto,

que o acesso ao 1.º andar se faça apenas por escadas e que não haja um elevador, o que é uma barreira arquitectónica. Congratulou-se pelo facto do Executivo Municipal se ter prontificado a executar os arranjos exteriores, o mesmo já não pode dizer, em relação a Executivos anteriores, que em obras semelhantes o não fizeram.

Vera Noronha pegando nas palavras do autarca Álvaro Brasileiro, falou do drama dos produtores de tomate portugueses, dizendo que denunciou as altas percentagens de descontos efectuadas pelas fábricas, aos produtores, decorrentes dos dias de espera para descarregar o produto, o que obviamente provoca a sua deterioração. Considerou que os agricultores têm que se saber organizar e não ter medo de enfrentar algumas situações. Considerou que mais uma vez o drama aconteceu e ficamos todos a perder, porque num concelho em que grande parte da população vive da agricultura, quando este sector está mal os outros sectores também se ressentem.

António José Coelho, falou também da crise que a nossa agricultura atravessa e considerou que a falta de organização dos produtores de melão e melancia e a falta de profissionalização neste sector, leva a que os preços caiam rapidamente para preços que já não pagam as despesas. Quanto à cultura do tomate, actividade que constitui a sua principal fonte de rendimento, disse que também estava muito preocupado com as situações verificadas e opinou que a cota do tomate tem que estar na mão das organizações de produtores e não na mão das fábricas. Opinou que os médios e grandes produtores têm que fazer a sua seara repartida, com tempos de apanha diferenciados, para que em Agosto não tenha que se colher tudo. Concordou com o autarca Álvaro Brasileiro, quando ele diz que muitos agricultores têm medo de denunciar situações de abuso, com medo de retaliações por parte das fábricas.

O autarca ainda no uso da palavra, solicitou ao sr. Presidente da Câmara que lhe fizesse o ponto de situação da Alpiagra, uma vez que por motivos de ordem profissional, não pode acompanhar de perto a Feira deste ano.

O sr. Presidente da Câmara passou a responder às questões que lhe foram colocadas pelos vários autarcas, nomeadamente:

A Casa-Museu dos Patudos vai entrar em obras e o seu sistema de segurança foi reforçado com a aquisição de um sistema de segurança por vídeo, num investimento que ultrapassará os seis mil contos.

Sobre o Patacão disse que o anterior Executivo fez uma intenção de candidatura para a recuperação da Aldeia Palafítica do Patacão, integrado no PORLVT (sub-programa B), mas ao não ter sido entregue o respectivo projecto, as verbas foram perdidas. Por outro lado os terrenos onde se situa a Aldeia não são propriedade da Câmara, mas sim de um particular residente em Torres Novas. O actual Executivo tentou recuperar as verbas perdidas, para o que contactou a empresa responsável pela recuperação da Aldeia das Caneiras, em Santarém, a Anarq tendo adjudicado em Março de 1998, a intenção de que eles avançassem com um projecto para a

recuperação da Aldeia, mas como os projectos custam dinheiro, houve que procurar esse dinheiro e conseguimos através do sub-programa C, a aprovação de um subsídio de 26.600 contos para a concretização de projectos, nomeadamente: o projecto de recuperação do Patacão, o projecto de execução da Praça Central no âmbito do Centro Cívico e os dois projectos de arquitectura.

Contactado o proprietário, a Câmara manifestou o desejo de adquirir todo o terreno que vai desde a aldeia à maracha, para ali desenvolver o projecto turístico. O proprietário não se mostrou disponível para vender todo o terreno, mas apenas parte dele. Nesse sentido, o Eng.º Vaz Portugal dirigiu-se ao Patacão para proceder às medições junto com o proprietário e quando lá chegou verificou que estava tudo a arder. Foram chamados os bombeiros e a GNR para tomar conta da ocorrência.

A versão do proprietário, ao jornal “O Mirante” é que andava a queimar umas ervas e que o fogo se propagou às barracas. No dia da publicação o sr. Presidente da Câmara recebeu uma chamada de um sub-chefe da PSP, que disse que era testemunha e que tinha assistido a tudo porque no seu dia de folga ia com o seu filho à pesca para o Patacão e viu o dito senhor a regar tudo com gasolina.

Foi apresentada queixa e o processo está a decorrer.

De qualquer maneira o projecto de recuperação da Aldeia do Patacão mantém-se de pé, com a garantia de financiamento para o projecto e para a obra a incluir no próximo Quadro Comunitário de Apoio.

O sr. Presidente da Câmara aproveitou para informar que no próximo Q.C.A. o concelho de Alpiarça irá receber, a fundo perdido, mais do dobro das verbas recebidas no anterior Quadro Comunitário.

Quanto à demolição de um edifício classificado o sr. Presidente da Câmara aproveitou para informar que o PDM de Alpiarça apresenta várias propostas de edifícios de valor concelhio, mas nem o Executivo que então aprovou o PDM nem os seguintes, solicitaram ao IPPC a classificação do que quer que seja, e pensa que foi por isso que a casa onde nasceu Silvestre Bernardo Lima foi demolida.

Relativamente à apresentação do PDM à Assembleia, o sr. Presidente da Câmara informou que ele primeiro tem que ser publicado no Diário da República, fica à discussão pública e depois vem à Assembleia.

Quanto ao Centro Cívico, informou que o projecto já esteve na Assembleia Municipal, foram feitas sugestões, as sugestões foram comunicadas ao Gabinete que está a elaborar o projecto, que nos entregou já esta semana e foi entregue aos vereadores da CDU para consultarem o projecto, inclusivamente algumas sugestões que a bancada da CDU fez, estão contempladas nesta reformulação do Plano de Intenções para o Centro Cívico.

Informou que o seu Gabinete de Apoio Pessoal se mantém inalterado desde a sua constituição, sendo composto por um adjunto e um secretário. Entretanto foi publicada

legislação que permitiu aos vereadores a tempo inteiro, Dr.^a Gabriela Pinhão e José João Pais, nomearem secretárias de apoio pessoal.

Lamentou que o autarca Armindo Pinhão trouxesse para a Assembleia Municipal uma notícia vinda a público num boletim do “Alpiarça é a razão”, e por dizer que todos os cargos que tem foram de eleição. O sr. Presidente da Câmara considerou que o cargo que este eleito tem na Região de Turismo, é um cargo emergente de um processo de cooptação e não de eleição, pois conhece as negociações que foram efectuadas entre os vários partidos, para a composição da Comissão de Turismo.

Congratulou-se também pela inauguração da sede local do MURPI, que é mais um equipamento de âmbito social. Quanto ao arranjo dos exteriores, transmitiu à Assembleia aquilo que disse à direcção daquela Associação, o actual Executivo Municipal, como atitude moral, irá proceder aos arranjos exteriores daquela sede, contrariamente ao que o anterior Executivo da CDU, não teve relativamente à Fundação José Relvas, onde não gastou um tostão.

Relativamente aos problemas da actual campanha agrícola, o sr. Presidente da Câmara disse que é um problema sentido por todos e fez alguns comentários à situação vivida pelos produtores agrícolas, opinando que têm de se associar e inclusivamente o Executivo e Assembleia Municipais estarão na disposição de ceder um terreno para sede dessa associação. As fábricas deverão ser obrigadas a pagar aos agricultores os prejuízos causados, pelas esperas, mas isso só será possível se houver associações fortes, unidas e participadas.

Sobre as instalações do IVV, o sr. Presidente da Câmara disse que a Câmara já formalizou uma proposta junto do IVV, tentando obter para essa proposta a concordância das duas adegas cooperativas do concelho, nomeadamente a Coopvinhal e a Adega Cooperativa da Gouxá. Enquanto a Coopvinhal tem uma situação de aceitação a Adega Cooperativa da Gouxá não tem.

Relativamente ao Hotel, o sr. Presidente da Câmara informou que na próxima reunião de Câmara vai ser entregue a concessão do terreno, bem como, também, a nova concessão para a exploração do Parque Municipal de Campismo.

Sobre os painéis publicitários, informou que se tem estado à espera de mais um abrigo para colocar junto ao Ecomarché e então a empresa procederá nessa altura ao ajustamento dos painéis publicitários.

Relativamente a notícias publicadas nos jornais sobre a Fundação José Relvas, informou que o representante da Câmara na Fundação é o vereador José João Pais, ele poderá pronunciar-se sobre isso. Acrescentou, no entanto, que contrariamente à versão inicial da CDU, em que se dizia que a situação financeira da Fundação era terrível e aconselhou a quem lançou esses comentários escritos que se inteirem sobre a realidade financeira da Fundação. A Fundação fez obras no valor de centenas de milhares de contos com apoio zero do anterior Executivo Municipal, acrescentou que

havia um projecto RIME que estava para ser aprovado no valor de cinquenta mil contos, que já chegaram, os outros que estavam previstos já chegaram. Relativamente às notícias vindas nos jornais, disse que a Fundação José Relvas tem um Conselho de Administração eleito, é ele que se deve pronunciar. Não comenta as notícias sobre falta de pessoal, porém sobre a falta de condições, deve haver exagero, porque o lar foi considerado modelar em termos nacionais pelo ministro da tutela.

Sobre as barreiras arquitectónicas existentes na sede do MURPI, opinou que a direcção da associação encontrará certamente solução para o problema, porque por vezes os projectos apostam nos aspectos estéticos e falham nos aspectos práticos e que se corrigem, muitas vezes, após se começar a fazer a utilização dos edifícios.

Sobre o ponto de situação da Alpiagra informou que ainda se está a proceder ao apuramento das receitas e das despesas, mas até ao momento há cerca de dezassete mil contos de despesas e cerca de nove mil contos de receitas, o que se traduz num encargo com este certame na ordem dos oito mil contos.

Usou da palavra o sr. Vereador José João Marques Pais, relativamente às notícias publicadas sobre a Fundação José Relvas. Disse que realmente no mês de Junho se verificou a saída de um número considerável de trabalhadores do Lar de Idosos, que ali estavam contratados através do Instituto de Emprego de Santarém, o que sobrecarregou excessivamente os funcionários permanentes, alguns dos quais não aguentaram e meteram baixa, o que determinou, provavelmente, que nesse período e em termos gerais o serviço prestado não fosse como o era até ali. Acrescentou que amiudadas vezes visitou e tem continuado a visitar o Lar, sem avisar, às mais variadas horas e não tem encontrado situações anómalas, antes pelo contrário, tem verificado com agrado que o Lar da Fundação José Relvas continua a manter um bom atendimento aos utentes, o que o leva a crer que o vem nos jornais não é verdadeiro.

Armindo Pinhão disse que embora não querendo repisar o assunto, tem um cargo na Região de Turismo do Ribatejo, para o qual foi eleito, num processo eleitoral onde estiveram presentes não só representantes das Câmaras Municipais, mas também de entidades privadas ligadas à hotelaria e ao turismo.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto um – Terceira Revisão ao Plano de Actividades – O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão.

Armindo Pinhão perguntou o porquê da inclusão desta verba no Plano de Actividades da Câmara, quando se sabe que a manutenção das escolas secundárias ainda é da responsabilidade do Poder Central.

O sr. Presidente da Câmara explicou que as obras serão suportadas na íntegra pelo Governo, no entanto, para se evitar a morosidade dos concursos públicos e se iniciarem as obras com celeridade, a Câmara Municipal de Alpiarça estabeleceu um

protocolo com o Ministério da Educação e aceitou ser dona da obra e ser ela a tratar dos procedimentos necessários à abertura do concurso.

Armindo Pinhão solicitou à Mesa que em situações análogas, fosse logo dada a palavra ao sr. Presidente da Câmara, para esclarecer estas situações, evitando-se desnecessários pedidos de esclarecimento à Mesa.

Posto o ponto à votação foi aprovado por unanimidade.

Ponto dois – Alteração ao Regulamento de Pesca na Albufeira dos Patudos – O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão, dando a palavra ao sr. Presidente da Câmara para algum esclarecimento adicional.

O sr. Presidente da Câmara esclareceu que se trata de uma alteração ao Regulamento que esteve em exposição pública, foi publicado do Diário da República, e vem à Assembleia para aprovação.

Henrique Arraiolos pediu alguns esclarecimentos relacionados com as taxas máximas e mínimas aplicadas, considerando um pouco alta a taxa aplicada aos reformados de fora do concelho.

O vereador José João Marques Pais opinou que a taxa é de facto demasiado alta, propondo que se faça uma adenda ao regulamento, introduzindo a palavra máxima antes do valor da taxa.

Armindo Pinhão sugeriu que a Assembleia pudesse aprovar a introdução da palavra “máxima”, que o Executivo tivesse o bom senso de praticar aqueles valores como máximos e que se corrigisse o artigo nono, pondo o valor dos reformados para 200\$00.

Paulo Espírito Santo, perguntou se os valores vão ser alterados na aplicação do Regulamento, em que sairia da Assembleia uma recomendação para que a Câmara aplicasse determinados preços ou também na publicação, porque se assim for e neste último caso terá de se fazer tudo de novo.

Usou da palavra o sr. Presidente da Câmara, dizendo que foi aqui sugerido que a Câmara tivesse o bom senso para não aplicar taxas máximas, acrescentou que todos nós estamos de acordo quando dizemos que as autarquias têm de exigir do Governo e da União Europeia mais verbas, mas parece que já não estamos de acordo em utilizar mecanismos próprios de captação de receita. Perguntou, qual é a atitude ética de quem pratica muitas vezes preços políticos na sua realidade interna e para o exterior tenta reivindicar sempre o máximo. Opinou que o bom senso que deve imperar é o de maximização das receitas para a maximização de execução, em benefício colectivo.

Posta a proposta à votação foi aprovada por maioria com nove votos a favor, e sete abstenções.

Ponto três – Alteração ao Regulamento da Zona Industrial – O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão, dando a palavra ao sr. Presidente da Câmara para sintetizar esta alteração.

O sr. Presidente da Câmara disse que fundamentalmente as alterações introduzidas são: acabou-se com a figura de aquisição de terrenos em direito de superfície, as aquisições são feitas em propriedade plena e o preço deixa de ser de seiscentos escudos e passa a ser de mil escudos o metro quadrado. As modalidades de pagamento também são alteradas, passando agora a exigir-se o pagamento de cinquenta por cento no acto da realização de escritura de compra e venda, passado um ano mais trinta por cento e passados dois anos, os restantes vinte por cento.

Pedro Branco perguntou o porquê do abandono da modalidade de venda em direito de superfície.

O sr. Presidente da Câmara informou que queremos implementar na zona Industrial de Alpiarça, empresas com viabilidade económica, ao olharmos para um projecto de investimento desta natureza verificamos que o terreno é sempre a parte mais económica desse investimento, além disso, o preço que se vai praticar não cobre ainda o que se gasta com infra-estruturas, a não ser que se queira continuar a deixar aquela zona cheia de buracos, mais a mais quando ainda ontem foram vendidos terrenos no concelho vizinho a três mil, setecentos e cinquenta escudos o metro.

Posto o ponto à votação, foi aprovado por maioria com onze votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção.

Armando Pinhão declarou ter votado contra em virtude de ter desaparecido a figura de aquisição em direito de superfície.

Ponto quatro – Proposta de atribuição de Menção de Mérito Excepcional ao funcionário António Lima Fernandes – motorista de transportes colectivos da Câmara Municipal.

O sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão, dando a palavra ao sr. Presidente da Câmara para fundamentar esta proposta.

O sr. Presidente da Câmara informou que foi reconhecido que o funcionário em causa reuniu as qualidades para merecer esta menção, foi nesse sentido que a proposta foi levada à Câmara e que mereceu a aprovação unânime do Executivo.

Posto o ponto à votação foi aprovado por unanimidade.

PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Concluída a ordem de trabalhos e havendo assistência na sala, o sr. Presidente da Mesa informou que estava aberto um período para intervenção do público e que cada cidadão apenas poderia usar da palavra por uma única vez, devendo dirigir-se à mesa, devendo reportar-se apenas à ordem de trabalhos.

Pediu a palavra o munícipe Manuel da Conceição Raposo que se mostrou indignado pelo estado de sujidade em que ficam as margens da albufeira dos Patudos, após a realização dos concursos de pesca desportiva. Sugeriu que haja uma maior vigilância à concessão por parte do guarda florestal “virtual”, que sejam exigidas as licenças de pesca aos utentes daquele espaço, pois consta que muita gente pesca

Assembleia Municipal de Alpiarça

sem nada pagar e que o Regulamento de Pesca deveria conter uma advertência aos pescadores no sentido de deixarem a barragem nas melhores condições de limpeza.

Esgotado este período e não se registando qualquer intervenção, o sr. Presidente da Mesa pôs à aprovação a minuta da acta da sessão, para efeitos de execução imediata das deliberações, tendo sido aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, foi pelo sr. Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual para constar se redigiu a presente acta, que vai pelos membros da Mesa ser assinada.

Presidente: _____

1.º Secretário: _____

2.º Secretário: _____

/RV